



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

DECISÃO DE RECURSO EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

Recorrente: MAIS ESTÁGIOS LTDA, CNPJ Nº 28.306.309/0001-23.

Recorrente: CONNECT ESTAGIOS LTDA, CNPJ Nº 21.639.300/0001-95.

Contrarrazões: UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, CNPJ Nº 05.342.580/0001-19.

Trata-se de análise de **recursos administrativos interpostos pelas empresas MAIS ESTÁGIOS LTDA e CONNECT ESTAGIOS LTDA** em resposta ao ato da Comissão Permanente de Licitações durante a fase de habilitação do Pregão-SRP em questão, em petição endereçada ao Sr. Pregoeiro Municipal e sua Equipe de Apoio, sendo posteriormente encaminhado à Autoridade Superior mediante o Memorando nº 692/2024-CPL, com fundamento no § 2º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

1. DO RELATÓRIO

1.1 BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Em termos sucintos, tem-se as fases interna e externa da licitação transcorridas regularmente: respeitada a fase de formulação das propostas; sessão pública de disputa ocorrida no dia 6/11/2024, às 09h; documentos de habilitação em mídia digital; diligências realizadas pelo Pregoeiro na forma do item 13 do Edital.

Entendimento do setor técnico e contábil pela *habilitação* da empresa UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ após demonstrar o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica estabelecidos no instrumento convocatório, encaminhando-se as razões à Comissão Permanente de Licitação que emitiu sua decisão e intimou os interessados para fase recursal.

Recurso apresentado **tempestivamente**, considerando o prazo de 10 (dez) minutos para manifestar a intenção de recorrer, e o prazo de 3 (três) dias úteis para a



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

apresentação das razões do recurso, nos termos do item 17 do Edital, e do art. 165 da Lei nº 14.133/21.

1.2 DO RECURSO APRESENTADO PELAS EMPRESAS RECORRENTES

A recorrente **MAIS ESTÁGIOS LTDA** *questiona a não aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alegando que seu enquadramento como Microempresa (ME) lhe garante o direito de apresentar uma proposta revisada, conforme os artigos 44 e 45 dessa legislação.* Alega ainda que o valor do contrato não deve ser considerado para a aplicação dos benefícios, mas sim o faturamento efetivo da empresa, que está abaixo do limite estabelecido pela LC nº 123/2006. Em remate, requer a reconsideração da decisão, com a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 dessa Lei e a convocação da empresa Mais Estágios LTDA para exercer o direito de apresentar uma nova proposta com valor inferior à da empresa classificada em primeiro lugar.

Já a recorrente **CONNECT ESTÁGIOS LTDA** *alega que a decisão que aceitou a proposta e habilitou a empresa vencedora foi indevida, pois estaria suspensa e impedida de licitar e contratar com órgãos públicos até 2025, devido a penalidades impostas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conforme registros no SICAF.* Sustenta que o item 3.3.3 do Edital proíbe a participação de fornecedores sancionados com suspensão temporária ou impedimento de contratar, o que é o caso da licitante. Além disso, a recorrente argumenta que a empresa é considerada inidônea, conforme o item 3.3.4 do Edital, pois está registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o que a impede de participar do certame. Ao final, solicita a reforma da decisão, desclassificando ou inabilitando a Universidade Patativa do Assaré e dando seguimento ao certame.

O Pregoeiro, avaliando os recursos ofertados, provocou a Procuradoria Geral do Município solicitando parecer quanto à extensão dos efeitos da penalidade de impedimento de licitar e contratar, onde entendeu, a partir disso, *por julgar*



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

improcedente o pedido da recorrente CONNECT, mantendo a decisão de habilitação da empresa UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, remetendo o presente processo a esta autoridade superior para análise e decisão com fulcro no § 2º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

1.3 DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA RECORRIDA

Em resposta às razões apresentadas pela recorrente, a recorrida aponta que as razões recursais apresentadas são protelatórias, demonstrando desconhecimento da legislação e dos termos editalícios, e sendo fundamentadas de maneira vaga.

Argumenta que o impedimento de contratar é restrito à Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro por três meses, conforme decisão judicial, e não afeta sua participação em licitações de outros entes federativos, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, aplicando o mesmo entendimento com relação à suspensão temporária de licitar com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Quanto à alegação de inidoneidade, refuta a mesma, pois a UPA é classificada como idônea no SICAF e a simples presença de registros no CEIS não configura essa penalidade. Ademais, contesta a aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, pois o valor global da licitação excede R\$ 4.800.000,00, o que torna inaplicável o tratamento diferenciado previsto para microempresas e empresas de pequeno porte.

2. DA ANÁLISE DO MÉRITO

2.1 DO MÉRITO DO RECURSO DA EMPRESA MAIS ESTÁGIOS LTDA

Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações e contratos as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que tratam do regime diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, contudo, o § 1º do referido dispositivo legal estabelece expressamente as hipóteses de inaplicabilidade desses benefícios, incluindo, no inciso I, as licitações cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

enquadramento como empresa de pequeno porte, atualmente fixada em R\$ 4.800.000,00.

Nesse contexto, verifica-se que o valor estimado do certame em questão ultrapassa substancialmente o limite estabelecido pela legislação, afastando, por força de lei, a possibilidade de aplicação do critério de desempate ou qualquer outro benefício previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Com maestria, o Professor Joel de Menezes Niebuhr esclarece que *"a regra do inciso I do §1º do artigo 4º da Lei nº 14.133/21 vale, evidentemente, apenas para licitação cujo julgamento é dividido por itens"* (NIEBUHR, 2022, p. 366), o que não é o caso aqui.

Pode-se observar que a Lei nº 14.133/21 impôs mudanças restritivas ao regime de privilégios relativos às licitações e contratos administrativos concedidos às MEs e EPPs pela LC 123/2006. Tais alterações são positivas, corrigindo situações inadequadas de clara desproporcionalidade, nas quais MEs e EPPs se beneficiavam, especialmente por meio do direito de preferência, em licitações cujos valores estimados muitas vezes ultrapassavam o limite de enquadramento dessas empresas ou que, igualmente utilizando o direito de preferência, venciam diversas licitações sucessivas com valores igualmente superiores.

Nesta senda, **reporto-me aos fundamentos aduzidos pela RECORRIDA**, ao dizer que *"o valor estipulado como limite trata-se do item contratado, assim, o item objeto do presente edital trata-se do valor global da contratação, o que retira a aplicação do critério de desempate uma vez que o valor global ultrapassa os limites estabelecidos legalmente."*

Dessa maneira, **a pretensão da recorrente de ver aplicados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 é incompatível com o valor estimado da licitação**, conforme expressamente delimitado pelo art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

2.2 DO MÉRITO DO RECURSO DA EMPRESA CONNECT ESTAGIOS LTDA

Ao adentrarmos na análise do alcance da sanção administrativa de suspensão temporária, constatamos que o entendimento do Tribunal de Contas da União tem sido uniforme no sentido de limitar-se ao ente federativo que promoveu a licitação. É o que se extrai dos Acórdãos n. 2.242/2013 e 2530/2015, ambos do Plenário do TCU.

Contudo, vale ressaltar que atualmente há uma divergência entre a jurisprudência do TCU e a do STJ quanto ao alcance da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração. O Superior Tribunal de Justiça, tradicionalmente, compreende que os efeitos da suspensão temporária alcançam todos os órgãos da administração (AIRESF 201301345226, GURGEL DE FARIA, STJ – PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:31/03/2017).

Enquanto que o Tribunal de Contas da União, conforme já explanado, compreende que os efeitos da suspensão temporária de participação em licitação (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993) possui efeitos restritos ao órgão ou entidade que aplicou a penalidade (acórdão 266/2019-P e 2962/2015-P).

Para rematar tamanho embate de entendimentos, o legislador ao editar a Nova Lei de Licitações, sensível à insegurança jurídica derivada da jurisprudência conflitante, dispôs no § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, que o impedimento de licitar e contratar abrangerá a administração direta e indireta do ente federativo (União, estados; Distrito Federal; e municípios) sancionador.

Nota-se, portanto que o legislador consolidou o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União em detrimento da jurisprudência proveniente do Superior Tribunal de Justiça.

De igual forma caminha a compreensão quanto ao impedimento de contratar: **a Lei e o entendimento jurisprudencial são claros em interpretar restritivamente o impedimento de licitar ao órgão que o aplicou quando o fundamento se dá no**



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e restou descumprido por ilegal extensão no registro do SICAF da licitante.

Posta assim a questão, tendo em vista o caso vertente, bem como as condições que regem o presente certame, a penalidade aplicada pelo TJRJ não tem o condão de produzir reflexos jurídicos na esfera administrativa do Município de Camaragibe/PE, tal como exarou a Procuradoria local, e, por conseguinte, não deve acarretar a inabilitação da Recorrente.

Ao impulso destas considerações, a medida que se revela mais adequada ao caso concreto é a **manutenção da decisão que habilitou a recorrente**, uma vez que encontra respaldo nas disposições do instrumento convocatório concomitantemente com o entendimento jurisprudencial e doutrinário relativo à matéria em exame, sobretudo por aplicação de deliberação essencial para o correto deslinde da questão.

2.3 DO MÉRITO DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Irretocável a decisão do Pregoeiro pela manutenção da habilitação da empresa recorrida.

De fato, a habilitação do licitante ocorre quando este atende, com a documentação apresentada, os requisitos previstos no Edital do certame, buscando-se preservar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Da análise de tudo o que consta nos autos, fica evidente, portanto, o cuidado que teve esta Administração em preservar a lisura do procedimento e o seu compromisso em cumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada, de tudo cabalmente demonstrado através dos atos comprovadamente praticados.

3. DA DECISÃO



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Secretaria de Administração
Gabinete

Pelo exposto, em sede de recurso hierárquico e na qualidade de Autoridade Superior, bem como em face das razões acima expendidas, **CONHEÇO** das razões do recurso administrativo interposto pelas empresas MAIS ESTÁGIOS LTDA e CONNECT ESTAGIOS LTDA, e das contrarrazões recursais da empresa UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, e, no mérito, JULGO:

- a) **Improcedentes os pedidos formulados pela recorrente** MAIS ESTÁGIOS LTDA, em obediência às determinações da em respeito à Lei Complementar nº 123/2006 concatenada com a Lei nº 14.133/21 e aos princípios que regem a Administração Pública;
- b) **Improcedentes os pedidos formulados pela recorrente** CONNECT ESTAGIOS LTDA, tendo em vista que as mencionadas sanções administrativas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar abrangem apenas os órgãos sancionadores;
- c) **Mantida e inalterada a decisão do Pregoeiro** que declarou vencedora do certame a empresa UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ.

Após a publicação da decisão, seja o procedimento levado adiante e continuados os atos da fase externa da licitação.

Camaragibe, 27 de dezembro de 2024.

MARCOS RIBEIRO FILHO
Secretário Municipal de Administração